

Práticas predatórias e anticientíficas em publicação científica

Predatory and unscientific practices in scientific publication

João de Deus Barreto Segundo

Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil.
ORCID: 0000-0002-4802-6045. jao.barreto@gmail.com

São correntemente considerados periódicos predatórios aqueles que incessante e insistentemente enviam e-mails a possíveis autores para captação de artigos, publicam conteúdo indiscriminadamente apenas mediante o pagamento de taxas de publicação e sem garantias de um *peer review* aprofundado. E, talvez, o pior de tudo, retêm os direitos autorais do conteúdo submetido através de engodos e golpes desenrolados no ambiente virtual. Costumam possuir títulos parecidos com os de periódicos famosos. Essa é a percepção comum entre cientistas sobre periódicos predatórios e um checklist foi desenvolvido para facilitar a identificação dessas revistas, o ThinkCheckSubmit¹.

Até janeiro de 2017, havia disponível online uma lista de periódicos predatórios compilada pelo bibliotecário Jeffrey Beall, sediado no Colorado, nos Estados Unidos. A lista foi encerrada sumariamente. Listas são uma das ferramentas possíveis, entre muitas outras, para rastreamento e monitoramento de periódicos predatórios. Mas, em si, são insuficientes: a lista de Beall tinha um viés antagonista ao movimento de acesso aberto por exemplo² e o bibliotecário chegou mesmo a estigmatizar a Scientific Electronic Library Online – SciELO, nomeando o indexador como “favela” de periódicos científicos^{3,4}. Se autores podem cair

em golpes eletrônicos de periódicos predatórios então pode não haver dolo. Na dúvida, os autores em si não deveriam ser penalizados ou avaliados negativamente. E se os trabalhos publicados forem de boa qualidade?

Uma saída para esse impasse é a recomendação de que os trabalhos sejam avaliados um a um antes de que se decida que, por estarem, em uma revista de qualidade no geral duvidosa, são necessariamente ruins. Pelo menos, dar aos autores o benefício da dúvida. O contrário disto é uma falácia: nem todas as maçãs são vermelhas embora algumas o sejam. Ou seja, é um atentado contra a lógica tentar teorizar sobre gênero a partir de uma espécie.

As listas exigem, de certo modo, autores, avaliadores, editores e leitores de assumirem responsabilidade por ativamente escrutinar a literatura científica, mesmo aquela que já passou por *peer review* em periódicos de boa reputação e apreço entre as respectivas comunidades de pares. Temos evidência documental, por exemplo, de que revistas de renome e bem estratificadas no QUALIS CAPES podem não compelir os seus autores a necessariamente adotarem nos seus relatos as melhores práticas de transparência em pesquisa, a saber os checklists do EQUATOR Network⁵.

Sendo assim, por que deveríamos falar em periódicos predatórios quando talvez devêssemos listar e discutir práticas predatórias ou práticas anticientíficas? Não há soluções fáceis ou simples em ciência e certamente não podemos ou devemos confiar em soluções fáceis tais como listas.

Qualidade demanda esforço.

É necessário talvez que a comunidade discuta, ao invés disto, a conceituação de práticas predatórias e anticientíficas em publicação científica. Já sabemos que o melhor caminho para qualquer local onde há acumulação de capitais simbólicos é a transparência e a ciência não é a exceção: quanto mais transparência, mais fácil identificar as práticas equivocadas e/ou desonestas⁶⁻⁷.

Alguns estudos têm lançado luz sobre o problema do viés no processo de *peer review* e do efeito acumulativo que isto acarreta no registro científico disponível na literatura⁸⁻⁹. Porém, o *peer review* continua sendo a melhor ferramenta – pré ou pós publicação – que nós temos disponível no momento para manutenção da qualidade do conhecimento científico materializado em publicações. O que não se pode é presumir que um artigo publicado é um conhecimento correto e verdadeiro em termos absolutos, e exaustivamente verificado. Raramente, o conhecimento é absolutamente correto, verdadeiro e exaustivamente verificado porque o conhecimento existe no tempo¹⁰ e, uma vez que o conhecimento científico também se manifesta no tempo, ele deve estar sob escrutínio indefinidamente ou até que o consenso se estabeleça¹¹. Um artigo publicado não é consenso, ele é apenas um artigo publicado avaliado possivelmente por três especialistas e dois a quatro editores, que carregam vieses cognitivos, principalmente o viés de se arvorar não possuir viés – superestimando ou subestimando o próprio conhecimento sobre a realidade material¹².

Onde há pessoas, há vieses porque a cognição é ela mesma enviesada. Porém o que é normal não precisa ser a norma. E a comunidade científica é treinada para observar e reconhecer os vieses e tentar provar exaustivamente que suas hipóteses estão equivocadas¹¹. E o caminho para combater os vieses é declará-los sempre que forem percebidos: transparência é o melhor caminho para limpar a literatura⁶⁻⁷. Quanto mais transparência, mais autonomia tem o sujeito que lê e consome o conteúdo publicado para avaliá-lo. É função da comunidade científica,

deste modo, devolver a autonomia do sujeito-leitor. Ciência é, por natureza, democrática^{10,13} e, na democracia, o coletivo que é impactado é o coletivo que faz as escolhas e inspira as normas.

Então, periódicos, avaliadores, editores podem manifestar vieses e isto pode resultar em práticas predatórias. Mas e os autores? Autores podem também comportar-se de forma predatória? Temos evidência de que sim e não apenas na construção de artigos originais falhos¹⁴, que é o conjunto de práticas predatórias mais famoso. Além das más práticas autorais tradicionais como fabricação e manipulação de dados, plágio e autoplágio, ausência de transparência em conflito de interesses etc, temos notado na prática editorial cotidiana da Revista Pesquisa em Fisioterapia um novo tipo de prática predatória: a submissão duplicada estritamente para fins de avaliação e melhoria do manuscrito.

Eis como acontece: um grupo de autores envia um artigo original para uma revista de menor nota na avaliação institucional do QUALIS CAPES e, ao receber as avaliações extensas e aprofundadas, o grupo não retorna à revista com a versão corrigida. O artigo posteriormente emerge publicado em outra revista. Ou, no momento de checagem do texto no software antiplágio, nossa equipe percebe que o artigo foi publicado em outro lugar previamente porém há pouco tempo (presumimos com isto que publicou a revista que avaliou primeiro).

O problema da submissão duplicada é que, além de “sujar” o registro científico dificultando a atribuição de autoria à revista que publicou prioritariamente o artigo, atrapalha os softwares e algoritmos de contagem de citação, prejudicando não só as revistas mas também aos próprios autores, afinal o nosso sistema de recompensas privilegia o quantitativo de citações^{11,15} como mérito intrínseco do trabalho e não da revista. A publicação duplicada em mais de um *Uniform Resource Locator* (URL, ou endereço eletrônico) gera *stray citations*¹⁶.

Desconfiamos que, neste problema, há dois grupos de autores: autores sem treinamento em publicação e autores que deliberadamente fazem submissões duplicadas por estarem sob pressão para inovar e publicar achados positivos e/ou mediáticos, afinal o produtivismo científico cobra dele também o seu quinhão na qualidade do produto final¹⁷.

É plausível que o aluno de graduação ou de pós-graduação de um grupo de pesquisa responsável pela submissão de um estudo não tenha sido alertado que é necessário submeter o artigo para avaliação a uma revista por vez. É plausível, já presenciamos e corrigimos e educamos o grupo infrator como é papel de todo editor de revista científica.

E há o outro grupo que, deliberadamente, testa o seu artigo em revistas de menos prestígio para em seguida publicá-lo em revistas de maior prestígio, leia-se maior QUALIS CAPES. Novamente, temos o problema do produtivismo acadêmico impactando na qualidade do conteúdo e fazendo pressão desnecessária sobre os atores envolvidos na produção científica¹⁷. É também uma questão ética grave e ainda não investigada ou coberta pela literatura em editoração e produção de publicações científicas. Assim como não temos caminhos e soluções fáceis ou simples para os problemas relacionados aos vieses cognitivos, também não temos explicações fáceis para os desvios na comunidade científica. Cabe investigação e, só posteriormente, proposições. Por ora, ficamos com a transparência no fluxo editorial. Onde a transparência é maior, a corrupção é mais difícil.

Referências

1. ThinkCheckSubmit. [Internet]. Acessado em 2019 ago 08. Disponível em: <https://thinkchecksubmit.org/>
2. Neylon C. Blacklists are technically infeasible, practically unreliable and unethical. *Period. Science in the Open* [Internet]. 2017. Acessado em 2019 ago 08. Disponível em: <http://cameronneylon.net/blog/blacklists-are-technically-infeasible-practically-unreliable-and-unethical-period/>
3. Beall J. Is SciELO a Publication Favela? *Emerald City Journal* [Internet]. 2015. Disponível em: <https://www.emeraldcityjournal.com/2015/07/is-scielo-a-publication-favela/>
4. Scientific Electronic Library Online. Rebuttal to the blog post "Is SciELO a Publication Favela?" authored by Jeffrey Beall. *SciELO in Perspective* [Internet]. 2015 [viewed 6 August 2019]. Available from: <https://blog.scielo.org/en/2015/08/25/rebuttal-to-the-blog-post-is-scielo-a-publication-favela-authored-by-jeffrey-beall/>
5. Maia HMSF, Almeida LRS, Barreto Segundo JD. Qualidade e transparência das pesquisas em saúde: Iniciativa EQUATOR aplicada à Fisioterapia. In: Sá KN, Dias CMCC, organizadoras. *Metodologia científica aplicada à Fisioterapia: incertezas, probabilidades e raras evidências*. Salvador: BAHIANA/SANAR; 2018. p. 117-152.
6. Steen RG, Casadevall A, Fang FC. Correction: Why Has the Number of Scientific Retractions Increased? *PLoS ONE*. 2013;8(7). doi: [10.1371/annotation/Od28db18-e117-4804-b1bc-e2da285103ac](https://doi.org/10.1371/annotation/Od28db18-e117-4804-b1bc-e2da285103ac)
7. Steen RG. Retractions in the scientific literature: is the incidence of research fraud increasing? *J Med Ethics*. 2010;37(4):249-53. doi: [10.1136/jme.2010.040923](https://doi.org/10.1136/jme.2010.040923)
8. Thurner S, Hanel R. Peer-review in a world with rational scientists: Toward selection of the average. *The European Physical Journal B*. 2011;4(84):701-711. doi: [10.1140/epjb/e2011-20545-7](https://doi.org/10.1140/epjb/e2011-20545-7)
9. D'Andrea R, O'Dwyer JP. Can editors save peer review from peer reviewers? *PLoS ONE*. 2017;12(10):e0186111. doi: [10.1371/journal.pone.0186111](https://doi.org/10.1371/journal.pone.0186111)
10. Pinto, AV. *Ciência e Existência: Problemas Filosóficos da Pesquisa Científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1979. p. 537.
11. Ziman J. *O conhecimento confiável: uma exploração dos fundamentos para a crença na ciência*. Campinas: Papirus; 1996. p. 252.
12. Kruger J, Dunning D. Unskilled and Unaware of It: How Difficulties in Recognizing One's Own Incompetence Lead to Inflated Self-Assessments. *Journal of Personality and Social Psychology*. 1999;77(6):1121-34. doi: [10.1037//0022-3514.77.6.1121](https://doi.org/10.1037//0022-3514.77.6.1121)
13. Merton, RK. *Ensaio de sociologia da ciência*. São Paulo: Editora 34; 2013. p. 303.
14. Ioannidis JPA. Why Most Published Research Findings Are False. *PLoS Med*. 2005;2(8):e124. doi: [10.1371/journal.pmed.0020124](https://doi.org/10.1371/journal.pmed.0020124)
15. Meadows AJ. *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos; 1998. p. 268.
16. Harzing AW, Alakangas S. Google Scholar, Scopus and the Web of Science: a longitudinal and cross-disciplinary comparison. *Scientometrics*. 2016;106(2):787-804.
17. Biachetti L, Zuin A, Ferraz O. Publique, apareça ou pereça: produtivismo acadêmico, "pesquisa administrada" e plágio nos tempos da cultura digital. Salvador: EDUFBA; 2018. p. 203.